

EDITAL Nº 80/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020
RETIFICA O EDITAL 73/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

O Município de Ivoti/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede Av. Presidente Lucena, Centro, de ordem do Senhor Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Edital nº 73/2020 fica retificado em sua íntegra, e passa a vigor nos seguintes termos:

MARTIN CESAR KALKMANN, Prefeito Municipal de Ivoti, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **catorze horas do dia 26 de junho de 2020**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, se reunirá a Comissão de Licitação, com a finalidade de receber propostas para a presente Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para a contratação por empreitada global (material e mão-de-obra) para a execução de pavimentação com blocos de concreto intertravados e bocas de lobo e assentamento de meios fios na Rua Armínio Buhler e trecho do alargamento viário sul da Rua Vale das Palmeiras, no Loteamento Industrial Kaihatsu, Bairro Colonia Japonesa, no Município de Ivoti/RS.

Faz parte integrante deste edital, como se nele estivesse inserido: a Minuta do Contrato, constante do Anexo I; Termo de Referência, constante do Anexo II, Memorial Descritivo, constante do Anexo III; Planilha de Quantitativos, constante do Anexo IV, Cronograma Físico-Financeiro, constante do Anexo V e projetos constantes do Anexo VI.

As cópias do Edital e anexos estão a disposição dos interessados na sede do Município.

1 - DO OBJETO

A presente Licitação visa receber propostas para a contratação por empreitada global (material e mão-de-obra), constante da Planilha de Quantitativos anexa, para a execução de pavimentação com blocos de concreto intertravados, bocas de lobo e assentamento de meios fios na Rua Armínio Buhler e trecho do alargamento viário sul da Rua Vale das Palmeiras, no Loteamento Industrial Kaihatsu, Bairro Colonia Japonesa, no Município de Ivoti/RS, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e projetos.

2 - DA HABILITAÇÃO

Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia **23 de junho de 2020**, os seguintes documentos:

2.1 - Habilitação Jurídica:

- a)** Registro comercial no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, no caso de sociedade por ações.

2.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade;

c) Certidões Negativas que comprovem a regularidade perante a: Fazenda Federal, Seguridade Social (INSS), e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União;

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho.

g) declaração da empresa licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (União, Estados e Municípios).

2.3 - Qualificação Técnica:

a) Registro ou Inscrição na entidade Profissional Competente (CREA) e/ou CAU da empresa e dos responsáveis técnicos.

b) comprovação por meio de ficha funcional, carteira de trabalho ou contrato, de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos documentos de cadastro, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de características semelhantes aos do objeto licitado.

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, por meio de atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente, acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico), comprovando que o responsável técnico da licitante executou ou está executando serviços de características semelhantes aos do objeto licitado.

d) Indicação do responsável técnico, que acompanhará efetivamente a execução dos serviços.

e) Em relação a britagem, deve ser apresentada respectiva Licença de Operação para exploração e beneficiamento de minério emitida pela FEPAM e em vigor no período da obra, acompanhada de Declaração formal de sua disponibilidade para a execução do objeto da licitação. Em caso de britagem de terceiros, deverá ser apresentada declaração de disponibilidade específica para esta licitação, assinada pelo proprietário da britagem, que atenderá ao objeto contratual, com firma reconhecida em cartório, devendo ser anexada a respectiva Licença de Operação emitida pela FEPAM, em vigor.

f) O licitante deverá ainda apresentar licenciamento da jazida de origem, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, em conformidade com disposto na Lei Federal nº 6567/78 e na Portaria nº 392/2004, do DNPM, desde que em vigor.

2.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

2.4.1 - Balanço Patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

2.4.1.1- Obs. Em relação à expressão “já exigível” exposta no item “2.4.1”, tem-se que **até o dia 30 de abril**: todas as empresas poderão apresentar o balanço do

penúltimo exercício, registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal no Brasil. **Entre o dia 30 de abril e o último dia útil de maio:** 1. As empresas que não utilizam a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar obrigatoriamente o balanço do último exercício financeiro devidamente registrado no órgão competente e assinado pelo responsável técnico e diretor da empresa, com a apresentação do Termo de abertura e Encerramento do Livro Diário 2. As empresas que utilizam a ECD deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, se o mesmo já foi encaminhado para a Receita Federal, ou do penúltimo exercício financeiro, acompanhado de documento oficial ou de declaração firmada por contador, que comprove eu a empresa adota a ECD. **Após o último dia útil de maio:** todas as empresas deverão apresentar balanço do último exercício financeiro, devidamente registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal mediante SPED (Serviço Público de Escrituração Contábil Digital – ECD).

2.4.1.2- Visando dar maior confiabilidade à análise econômico-financeira, os prazos referidos no item 2.4.1.1 não se aplicam para as empresas constituídas há menos de um ano em exercício diverso ao do processo licitatório, sendo exigível, nesse caso, balanço do exercício imediatamente anterior independentemente da data, devendo ser integralmente observado o que dispõe o item 2.4.4.

Obs: Ficam prorrogados, em caráter excepcional, até o último dia útil do mês de julho de 2020, os prazos estabelecidos no item 2.4.1.1, atendendo à Instrução Normativa RFB nº 1950/2020 e à Medida Provisória nº 931/2020.

2.4.2. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

2.4.3 - Para comprovação da boa situação financeira da empresa, o Licitante deverá apresentar Planilha, através da qual serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

Índice de Liquidez Geral (LG)

Índice de Liquidez Corrente – (LC)

Índice de Solvência Geral – (SG)

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$SG = \frac{A \text{ TOTAL}}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

AC = Ativo Circulante.

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante.

ELP = Exigível a Longo Prazo

A TOTAL = *Ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.*

2.4.4. Será permitido, de forma excepcional, apresentação de Balanço Patrimonial de Abertura às empresas constituídas no curso do próprio exercício do processo licitatório. A exceção não se aplica a empresas constituídas em exercício diverso, mesmo que constituídas há menos de um ano, devendo nesse caso apresentar balanço de encerramento do último exercício.

2.4.5. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a sessenta (60) dias, contados da data do cadastro.

2.4.6. Garantia para Licitar, por meio de caução em dinheiro, seguro-fiança ou fiança bancária, no valor equivalente a 1% (um por cento) do valor orçado. Após a adjudicação, será efetuada a restituição da caução atualizada monetariamente à empresa licitante que não foi vencedora da licitação. Obs: Caução em dinheiro, mediante depósito em conta do Município.

2.5 - Cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, por meio de declaração da proponente de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

2.6 - Todos os documentos constantes dos itens 2.1 a 2.5, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

2.7 - Os licitantes devidamente cadastrados deverão revalidar até o dia **junho de 2020**, os documentos porventura vencidos constantes do cadastro.

3 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas serão recebidas pela comissão de licitação no dia, local e horário mencionados no preâmbulo, em uma via **datilografada ou digitada**, assinada em sua última folha e rubricada pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, contendo, na sua parte externa fronteira as seguintes inscrições:

AO
MUNICÍPIO DE IVOTI
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020
ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (nome completo da empresa)

AO
MUNICÍPIO DE IVOTI
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020
ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA
PROPONENTE: (nome completo da empresa)

3.1 - O envelope nº 1 deverá conter:

a) Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo Município;

b) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e FGTS;

c) Declaração do proponente de que está ciente e concorda com os termos do Edital;

d) **Atestado de visita ao local da obra, fornecido pelo Município. As visitas técnicas são individuais e deverão ocorrer em até três dias úteis anteriores a data da licitação e cada proponente deverá agendar sua visita antecipadamente junto ao Departamento de Planejamento Urbano através do telefone 51-3563.6788, com o Engenheiro Civil, Sr. Lucas Fiegenbaum de Oliveira.**

e) Declaração emitida pelo licitante atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

3.2 - A pessoa jurídica que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.1 a 5.4 deste edital, deverão apresentar, no envelope de habilitação, **Certidão expedida pela Junta Comercial, ou Declaração assinada pelo Representante Legal da empresa conjuntamente com o Contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.**

3.2.1 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.1 a 5.4 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, **Certidão expedida pela Junta Comercial, ou Declaração assinada pelo Representante Legal da empresa conjuntamente com o Contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.**

3.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.2.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos na alínea b, do item 3.1, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco(5) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.3.1 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.3.2 - O prazo de que trata o item 3.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.3.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4 - Os documentos constantes do item 3.1, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

3.5 - Se o proponente se fizer representar, deverá juntar, por ocasião da abertura dos envelopes, procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente Licitação, e, em se tratando de Sócio da empresa, juntar cópia autenticada do Contrato Social ou Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial, bem como apresentar documento de identificação.

3.6 - O envelope nº 2 deverá conter:

a) Proposta financeira em moeda corrente nacional (real), estabelecendo o valor global da obra (material e mão-de-obra), conforme Planilha constante do Anexo IV, discriminando o valor unitário de cada item, observando a proporcionalidade entre o item e o valor total da obra, bem como entre o valor da mão-de-obra e do material tendo como parâmetro o orçamento do município;

b) O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a trinta (30) dias.

c) Cronograma Físico-Financeiro;

d) Detalhamento do BDI

e) Detalhamento dos Encargos Sociais

3.7 - O valor da proposta, deverá abranger o custo da aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, que serão referidos nas cláusulas contratuais acerca das retenções previdenciárias.

3.8 - Serão desclassificadas as propostas das empresas licitantes que apresentarem preço global superior ao valor orçado pelo município (R\$ 307.889,83).

4 - DO JULGAMENTO

4.1 - O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global.

4.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n.º 8.666/93.

5 - CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.2 e 3.2.1, deste edital.

5.1.2 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

5.1.3 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

5.2 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 5.1.2

deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

5.3 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 5.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

5.4 - O disposto nos itens 5.1 à 5.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.2 e 3.2.1, deste edital).

5.5 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado conforme medições a serem realizadas, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados, bem como cópia da GFIP ou outro documento que venha a substituir (com no mínimo quatro(4) empregados registrados durante a vigência do contrato), comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS relativo aos empregados da empresa que laborarem nos serviços licitados, com a aprovação do responsável técnico da Prefeitura, sendo que, obrigatoriamente, o valor da última parcela não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) do valor total da mão de obra, a qual será paga em até 10 (dez) dias após a apresentação da Certidão Negativa da obra e da empresa junto ao INSS e relação de empregados que participaram da execução do contrato.

6.2. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária, cujo titular, necessariamente deverá ser a licitante.

6.3 - Nas Notas Fiscais, deverão constar os custos realmente efetivados com aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, para fins de cálculo da retenção previdenciária, sendo que a ausência desta discriminação importará na utilização de 100% do valor como base de cálculo para esta retenção.

6.4 - A Contratada deverá entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos, o número de conta para depósito, as Certidões perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal

6.5 - Por ocasião do pagamento deverá ser feita a retenção do INSS prevista na Instrução Normativa RFB nº 971/2009, salvo nos casos previstos em lei específica.

7 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para a execução da obra e vigência do contrato será de dois (2) meses, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços.

8 - DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Artigo 109, da Lei Federal nº 8.666, atualizada pela Lei nº 8.883.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

10 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para, no prazo 5 (cinco) dias assinar o Contrato, sob pena de recair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.o Art. 81 da Lei nº 8.666/93;

10.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

10.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Contrato, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então, revogará a Licitação, sem prejuízo da pena de multa no valor correspondente a 20% do valor do Contrato e da aplicação das demais sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

11 - DO CONTRATO

11.1 - A Licitante vencedora que não possuir inscrição no CREA/RS, deverá apresentar por ocasião da assinatura do Contrato o visto do CREA/RS, sob pena de aplicação das sanções e penalidades previstas no item 14 do Edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

12.1. Do Contrato deverá constar as seguintes obrigações do contratado:

- a)** arcar com as despesas referentes ao objeto da presente Licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre o mesmo;
- b)** manter, durante todo o prazo de vigência contratual as condições de habilitação assumidas;
- c)** providenciar no prazo de dois (2) dias após a assinatura do Contrato a Matrícula da Obra de Construção Civil (CEI), juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e ou RRT da obra.
- d)** apresentar ensaio de resistência de seu fornecedor dos blocos utilizados para a pavimentação da rua objeto da licitação, quando da entrega dos materiais;
- e)** responsabilizar-se pela contratação de tantos funcionários, quantos necessários, para a realização dos serviços contratados;
- f)** responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da inobservância de normas de saúde, higiene e segurança sem qualquer ônus ao município;
- g)** arcar com todas as despesas referentes à legislação social e trabalhista, tais como indenizações, seguros de acidentes de trabalho, enfermidades, repouso semanal, FGTS, remuneração e contribuições da previdência social e outras;

- h)** fornecer, por sua conta, e aos seus funcionários, os equipamentos de segurança do trabalho necessários para a prestação dos serviços;
- i)** ressarcir o Município por eventuais danos causados a este ou a terceiros por culpa ou dolo de seus funcionários ou prestadores de serviços;
- j)** executar os serviços propostos dentro das condições estipuladas neste termo de referencia;
- k)** colocar à disposição da Contratante atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no decorrer do contrato;
- l)** apresentar e colocar à disposição da Contratante soluções que mantenham a segurança e a qualidade dos serviços contratados;
- m)** manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- n)** comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- o)** selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elemento com funções legalmente registradas em sua carteira de trabalho;
- p)** instruir seu empregado quanto à necessidade de acatar orientações da Contratada inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- q)** fornecer e determinar que seus funcionários utilizem os equipamentos individuais (EPI'S) e coletivos (EPC's) de segurança;
- r)** efetuar, às suas expensas, toda a sinalização necessária à realização da obra;
- s)** oferecer caminhos alternativos e seguros para passagem de veículos e pedestres, quando necessário;
- t)** instalar placa (s) de acordo com o(s) modelo(s) fornecido(s) pela Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos no local indicado pela fiscalização, mantendo-a em bom estado de conservação durante toda a obra;
- u)** realizar o controle de serviços, clima e funcionários através do Diário de Obra, que será entregue com cópia atualizada à fiscalização da obra semanalmente impreterivelmente, sob pena de não liberação da medição. O Diário de Obra deverá ser assinado pelo responsável técnico pela execução das obras e pela Fiscalização;
- v)** realizar e arcar com todos os custos relativos à limpeza de resíduos e embalagens geradas ou utilizadas na obra, bem como a correta destinação dos resíduos da construção civil oriundos da realização das obras;
- w)** Disponibilizar banheiros químicos em número suficiente para atender a demanda dos funcionários conforme legislação;
- y)** responsabilizar-se por eventuais reclamações trabalhistas, quaisquer encargos e/ou ações judiciais de outra ordem, sendo que, se o Município for acionado judicialmente por funcionários e/ou prestadores de serviços da empresa Licitante, fará sua defesa, denunciando à lide a empresa a ser contratada, sendo que esta compromete-se em requerer a exclusão da lide do Município e fazer a defesa, sendo que, se ao final de qualquer demanda judicial, houver condenação do Município, a empresa Licitante, deverá expressamente responsabiliza-se em pagar o débito determinado pela sentença ou acórdão, mas se assim não o fizer, o contrato a ser firmado poderá ser rescindido automaticamente.
- x)** quando do recebimento da ordem de início dos serviços a empresa deverá apresentar por escrito a lista de funcionários que executarão o mesmo, informando CPF, Pis e qualificação profissional, a fim de viabilizar a fiscalização. Este documento deverá ser firmado pelo responsável técnico da empresa.

12.2 - Constituirão motivos para a rescisão do Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial:

- a) falência, concordata ou dissolução;
- b) transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do **CONTRATANTE**;
- c) descumprimento de qualquer das obrigações estipuladas.

13 - DA GARANTIA

13.1 - A licitante deverá apresentar, quando da assinatura do Contrato, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do mesmo, como garantia na modalidade caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia. Obs: Caução em dinheiro, mediante depósito em conta do Município.

13.2 - Após a execução do contrato e recebimento definitivo da obra pelo Município, bem como da entrega da Certidão Negativa de Débitos do INSS, será efetuada a restituição da caução atualizada monetariamente à empresa.

14 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. Na aplicação das sanções e penalidades previstas nos incisos abaixo, com fulcro nos arts. 86, 87 e 88 da lei de licitações 8.666/93, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias: a natureza e a gravidade da infração contratual; os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; os antecedentes da contratada.

I- a **recusa injustificada da assinatura do contrato** será considerado como inadimplemento total do contrato e as penalidades a ser aplicadas são as previstas no inciso III, no que couber;

II- O **atraso** injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no valor correspondente a 0,33% do valor do contrato, por dia de atraso, limitado a **20 dias**, sob pena de, ultrapassado esse prazo, caracterização de **inadimplemento total** do objeto do contrato, autorizando a aplicação de penalidades previstas no inciso III.

a) a multa a que alude este inciso II não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula, dependendo do dano causado ao interesse público.

b) a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

III - Pela **inexecução total ou parcial** do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência por instrumento formal, firmada pelo fiscal do contrato;
- b) multa em valor equivalente a **20%** do valor do contrato; quando o **inadimplemento por total** e multa em valor equivalente a **10%** do valor do contrato quando o **inadimplemento por parcial**, independente do percentual já concluído do contrato.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo a ser arbitrado pela administração considerado o disposto no parágrafo 1º, não superior a 2 (dois) anos;

d) considerando a gravidade das consequências do inadimplemento do contrato, poderá a administração **declarar a inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do inciso III poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida na alínea “d”, do inciso III prevista nesta cláusula é de **competência exclusiva do Secretário Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 4º: As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso III poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este instrumento e pela lei de licitações:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 5º: a aplicação das sanções e penalidades aqui previstas não exime a contratada de responder por perdas e danos que causar a administração em razão de conduta ilícita praticada.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender a qualquer das disposições do presente Edital;

15.2 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentos e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, exceto as hipóteses previstas nos itens 3.3 e 5.2 deste edital;

15.3 - Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

15.4 - Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, bem como os membros da Comissão Julgadora;

15.5 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à Licitação os participantes retardatários;

15.6 - A fiscalização da execução dos serviços, objeto da licitação, ficará à cargo do Município;

15.7 - A intimação de todos os licitantes de todo e qualquer ato praticado nesta licitação dar-se-á por meio de publicação na imprensa oficial do município (Diário Oficial dos Municípios), caso não estejam presentes nas reuniões;

15.8 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 10 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira, no Departamento de Licitações, sito na Av. Presidente Lucena, 3527, Centro, Ivoti/RS, ou pelo telefone nº (051) 3563.8800, ramal 243.

Prefeitura Municipal de Ivoti, aos nove(09) dias do mês de junho de 2020.

MARTIN CESAR KALKMANN
Prefeito Municipal

Ciente e de acordo com o Edital: Tomas Baumgarten Rost
Procurador
OAB/RS 059.666

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO POR EMPREITADA GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS, BOCAS DE LOBO E ASSENTAMENTO DE MEIOS FIOS, NO LOTEAMENTO INDUSTRIAL KAIHATSU, NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS.

O **MUNICÍPIO DE IVOTI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Presidente Lucena, 3527, na cidade de Ivoti/RS, com CNPJ nº 88.254.909/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARTIN CESAR KALKMANN**, ora denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, por outro lado a empresa, representada por , Sr. , sediada à , nº , em , inscrita no CNPJ/MF sob nº , Inscrição Estadual nº , de ora em diante denominada **CONTRATADA**, deliberam firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666/93, regulamentada pela Lei nº 8.883/94, bem como à Tomada de Preços nº 11/2020:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente contrato tem por objeto a contratação por empreitada global (material e mão-de-obra), constante da Planilha de Quantitativos anexa, para a execução de pavimentação com blocos de concreto intertravados, bocas de lobo e assentamento de meios fios na Rua Armínio Buhler e trecho do alargamento viário sul da Rua Vale das Palmeiras, no Loteamento Industrial Kaihatsu, Bairro Colonia Japonesa, no Município de Ivoti/RS, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A **CONTRATANTE** pagará, pelo objeto do presente Contrato, o valor total de R\$

CLÁUSULA TERCEIRA:

O pagamento será efetuado conforme medições a serem realizadas, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados, bem como cópia da GFIP ou outro documento que venha a substituir (com no mínimo quatro(4) empregados registrados durante a vigência do contrato), comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS relativo aos empregados da empresa que laborarem nos serviços licitados, com a aprovação do responsável técnico da Prefeitura, sendo que, obrigatoriamente, o valor da última parcela não poderá ser inferior a **15%** (quinze por cento) do valor total da mão de obra, a qual será paga em até 10 (dez) dias após a apresentação da Certidão Negativa da obra e da empresa junto ao INSS e relação de empregados que participaram da execução do contrato.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária, cujo titular, necessariamente deverá ser a licitante.

Parágrafo Segundo - Nas Notas Fiscais, deverão constar os custos realmente efetivados com aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, para fins de cálculo da retenção previdenciária, sendo que a ausência desta discriminação importará na utilização de 100% do valor como base de cálculo para esta retenção.

Parágrafo Terceiro - A Contratada deverá entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos, o número de conta para depósito, as Certidões perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal

Parágrafo Quarto - Por ocasião do pagamento deverá ser feita a retenção do INSS prevista na Instrução Normativa RFB nº 971/2009, salvo nos casos previstos em lei específica.

CLÁUSULA QUARTA:

O prazo para a execução da obra e vigência do contrato será de dois(2) meses, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços.

CLÁUSULA QUINTA:

Compromete-se a **CONTRATADA** manter-se, durante todo o prazo do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como nas condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA:

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, se a **CONTRATADA**:

- a) falir, entrar em concordata ou se dissolver;
- b) não cumprir qualquer das obrigações estipuladas;
- c) transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único - No caso de rescisão por um dos motivos prescritos nesta cláusula, a **CONTRATADA** receberá apenas os valores correspondentes aos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA:

São Obrigações da **CONTRATADA**:

- a) arcar com as despesas referentes ao objeto da presente Licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre o mesmo;
- b) manter, durante todo o prazo de vigência contratual as condições de habilitação assumidas;
- c) providenciar no prazo de dois (2) dias após a assinatura do Contrato a Matrícula da Obra de Construção Civil (CEI), juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou RRT da obra.
- d) apresentar ensaio de resistência de seu fornecedor dos blocos utilizados para a pavimentação da rua objeto da licitação, quando da entrega dos materiais;
- e) responsabilizar-se pela contratação de tantos funcionários, quantos necessários, para a realização dos serviços contratados;
- f) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da inobservância de normas de saúde, higiene e segurança sem qualquer ônus ao município;
- g) arcar com todas as despesas referentes à legislação social e trabalhista, tais como indenizações, seguros de acidentes de trabalho, enfermidades, repouso semanal, FGTS, remuneração e contribuições da previdência social e outras;
- h) fornecer, por sua conta, e aos seus funcionários, os equipamentos de segurança do trabalho necessários para a prestação dos serviços;
- i) ressarcir o Município por eventuais danos causados a este ou a terceiros por culpa ou dolo de seus funcionários ou prestadores de serviços;

- j) executar os serviços propostos dentro das condições estipuladas neste termo de referencia;
- k) colocar à disposição da Contratante atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no decorrer do contrato;
- l) apresentar e colocar à disposição da Contratante soluções que mantenham a segurança e a qualidade dos serviços contratados;
- m) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- n) comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- o) selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elemento com funções legalmente registradas em sua carteira de trabalho;
- p) instruir seu empregado quanto à necessidade de acatar orientações da Contratada inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- q) fornecer e determinar que seus funcionários utilizem os equipamentos individuais (EPI'S) e coletivos (EPC's) de segurança;
- r) efetuar, às suas expensas, toda a sinalização necessária à realização da obra;
- s) oferecer caminhos alternativos e seguros para passagem de veículos e pedestres, quando necessário;
- t) instalar placa (s) de acordo com o(s) modelo(s) fornecido(s) pela Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos no local indicado pela fiscalização, mantendo-a em bom estado de conservação durante toda a obra;
- u) realizar o controle de serviços, clima e funcionários através do Diário de Obra, que será entregue com cópia atualizada à fiscalização da obra semanalmente impreterivelmente, sob pena de não liberação da medição. O Diário de Obra deverá ser assinado pelo responsável técnico pela execução das obras e pela Fiscalização;
- v) realizar e arcar com todos os custos relativos à limpeza de resíduos e embalagens geradas ou utilizadas na obra, bem como a correta destinação dos resíduos da construção civil oriundos da realização das obras;
- w) Disponibilizar banheiros químicos em número suficiente para atender a demanda dos funcionários conforme legislação;
- y) responsabilizar-se por eventuais reclamações trabalhistas, quaisquer encargos e/ou ações judiciais de outra ordem, sendo que, se o Município for acionado judicialmente por funcionários e/ou prestadores de serviços da empresa Licitante, fará sua defesa, denunciando à lide a empresa a ser contratada, sendo que esta compromete-se em requerer a exclusão da lide do Município e fazer a defesa, sendo que, se ao final de qualquer demanda judicial, houver condenação do Município, a empresa Licitante, deverá expressamente responsabiliza-se em pagar o débito determinado pela sentença ou acórdão, mas se assim não o fizer, o contrato a ser firmado poderá ser rescindido automaticamente.
- x) quando do recebimento da ordem de início dos serviços a empresa deverá apresentar por escrito a lista de funcionários que executarão o mesmo, informando CPF, Pis e qualificação profissional, a fim de viabilizar a fiscalização. Este documento deverá ser firmado pelo responsável técnico da empresa.

CLÁUSULA OITAVA:

Na aplicação das sanções e penalidades previstas nos incisos abaixo, com fulcro nos arts. 86, 87 e 88 da lei de licitações 8.666/93, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias: a natureza e a gravidade da infração contratual; os danos que o cometimento da infração

ocasionar ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; os antecedentes da contratada.

I- a recusa injustificada da assinatura do contrato será considerado como inadimplemento total do contrato e as penalidades a ser aplicadas são as previstas no inciso III, no que couber;

II- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no valor correspondente a 0,33% do valor do contrato, por dia de atraso, limitado a 20 dias, sob pena de, ultrapassado esse prazo, caracterização de **inadimplemento total** do objeto do contrato, autorizando a aplicação de penalidades previstas no inciso III.

a) a multa a que alude este inciso II não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula, dependendo do dano causado ao interesse público.

b) a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

III - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência por instrumento formal, firmada pelo fiscal do contrato;

b) multa em valor equivalente a **20%** do valor do contrato; quando o **inadimplemento por total** e multa em valor equivalente a **10%** do valor do contrato quando o **inadimplemento por parcial**, independente do percentual já concluído do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo a ser arbitrado pela administração considerado o disposto no parágrafo 1º, não superior a 2 (dois) anos;

d) considerando a gravidade das consequências do inadimplemento do contrato, poderá a administração **declarar a inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do inciso III poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida na alínea “d”, do inciso III prevista nesta cláusula é de **competência exclusiva do Secretário Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 4º: As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso III poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este instrumento e pela lei de licitações:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 5º: a aplicação das sanções e penalidades aqui previstas não exime a contratada de responder por perdas e danos que causar a administração em razão de conduta ilícita praticada.

CLÁUSULA NONA:

A fiscalização da execução da obra, objeto do contrato, ficará ao cargo do Município, através da responsável técnico, Sr. Lucas Fiegenbaum de Oliveira, CREA nº 227020/RS

CLÁUSULA DÉCIMA:

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

As dúvidas resultantes da interpretação do presente contrato serão discriminadas em juízo, ficando eleito o Foro da Comarca de Ivoti /RS.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeitura Municipal de Ivoti,

MARTIN CESAR KALKMANN

Contratante

Contratada

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

Ciente em 2020:

Tomas Baumgarten Rost

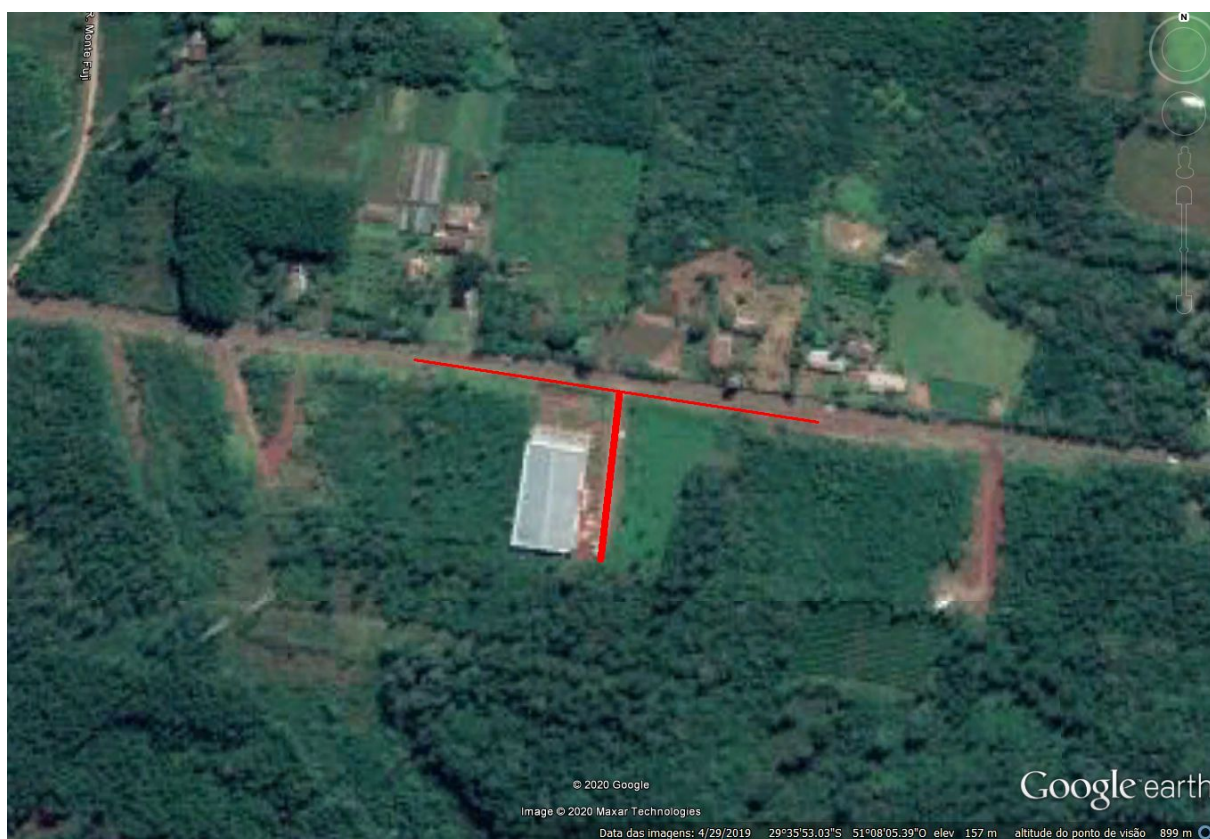
Procurador - OAB/RS 059.666

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente TERMO DE REFERÊNCIA visa estabelecer os critérios e padrões utilizados para a pavimentação de ruas do Loteamento Industrial Kaihatsu com blocos de concreto intertravados. Todos os procedimentos e padrões obedecem aos critérios mínimos exigidos pelas normas da ABNT. No que se refere ao orçamento, o BDI adotado é de 25,51%, sendo adotados os coeficientes de 31,25% para valores de mão de obra e 68,75% para materiais. Para o prazo de execução da obra prevê-se dois meses.

Para fins de edital, denomina-se **“Loteamento Industrial Kaihatsu - Pavimentação com bloquetes de concreto intertravados - Rua Arminio Buhler e trecho do alargamento viário sul da rua Vale das Palmeiras”** no bairro Colônia Japonesa, o conjunto de trabalhos que necessitam ser desenvolvidos objetivando a pavimentação, execução de bocas de lobo e assentamento de meios fios, com suas atividades correlatas, a fim de que sejam melhoradas as condições de trafegabilidade e segurança para motoristas e pedestres. Para tanto. Estão neste documento, bem como no Memorial Descritivo e Pranchas do Projeto, definidas orientações e determinações compatíveis com os interesses pretendidos. Os objetos deste TERMO deverão ser realizados pela empresa contratada conforme projeto executivo em anexo a este e localização conforme discriminada:



2. DEFINIÇÃO e JUSTIFICATIVA

Para fins do presente edital, denomina-se **“Loteamento Industrial Kaihatsu - Pavimentação com bloquetes de concreto intertravados – Rua Arminio Buhler e trecho do alargamento viário sul da rua Vale das Palmeiras”** no bairro Colônia Japonesa o conjunto de trabalhos que necessitam serem desenvolvidos objetivando a pavimentação nos locais definidos, a fim de que sejam melhoradas as condições de acessibilidade, tráfegabilidade e segurança para motoristas e pedestres, bem como o atendimento integral a Lei Municipal do Parcelamento do Solo, que define que novos loteamentos somente deverão ser liberados para obras com sua infraestrutura completa. Para tanto, estão neste documento definidas orientações e determinações compatíveis com os interesses pretendidos.

3. LICENÇAS AMBIENTAIS

As licenças ambientais que forem necessárias para realização das obras serão expedidas pelo Município de Ivoti, através da Secretaria do Meio Ambiente.

Em relação a britagem, deve ser apresentada respectiva Licença de Operação para exploração e beneficiamento de minério emitida pela FEPAM e em vigor no período da obra, acompanhada de Declaração formal de sua disponibilidade para a execução do objeto da licitação. Em caso de britagem de terceiros, deverá ser apresentada declaração de disponibilidade específica para esta licitação, assinada pelo proprietário da britagem, que atenderá ao objeto contratual, com firma reconhecida em cartório, devendo ser anexada a respectiva Licença de Operação emitida pela FEPAM, em vigor. O licitante deverá ainda apresentar licenciamento da jazida de origem, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, em conformidade com disposto na Lei Federal nº 6567/78 e na Portaria nº 392/2004, do DNPM, desde que em vigor.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

A seguir será apresentado o escopo dos serviços para o projeto de pavimentação **“Loteamento Industrial Kaihatsu - Pavimentação com bloquetes de concreto intertravados – Rua Arminio Buhler e trecho do alargamento viário sul da rua Vale das Palmeiras”**, no bairro Colônia Japonesa, que deverão ser atendidos pela Contratada.

- Etapa 1 – Serviços Preliminares;
- Etapa 2 – Pavimentação (Assentamento de meios fios, construção de bocas de lobo e assentamento de bloquetes)
- Etapa 3 – Limpeza
-

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar:

- a) Registro ou Inscrição na entidade Profissional Competente (CREA) da empresa e dos responsáveis técnicos, sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do Conselho do Rio Grande do Sul.
- b) comprovação por meio de ficha funcional, carteira de trabalho ou contrato, de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos documentos de cadastro, profissional de nível superior ou outro devidamente

reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de características semelhantes aos do objeto licitado.

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, por meio de atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente, acompanhado da CAT(Certidão de Acervo Técnico),comprovando que o responsável técnico da licitante executou ou está executando serviços de características semelhantes aos do objeto licitado.

d) Indicação do responsável técnico, que acompanhará efetivamente a execução dos serviços.

6. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

As pavimentações serão desenvolvidas de acordo com a relação de etapas indicadas no item 5 e que são a seguir detalhadas:

Etapa 1 – Serviços Preliminares

Antecedendo os trabalhos executivos a empresa contratada deverá fazer a mobilização de pessoal, sinalização provisória de trânsito e instalação da placa de obra.

Etapa 2 – Pavimentação (assentamento de meios fios, construção de bocas de lobo e assentamento de bloquitos)

A pavimentação da via deverá atender o projeto de engenharia, memorial descritivo e cronograma. Para a realização da pavimentação da via deverá a mesma ser executada respeitando as camadas de base e especificações da pavimentação com bloquitos de concreto.

Etapa 3 – Limpeza

Nesta etapa deverá ser executada a limpeza final e entrega da obra em caráter provisório.

A obra deverá ser entregue limpa e em total acordo com as especificações acima expostas. Esta limpeza basicamente compreende o recolhimento de pallets, materiais plásticos e demais embalagens e materiais utilizadas durante o processo de pavimentação. Ficará a cargo da empresa contratada a limpeza da obra, o amontoamento dos entulhos e posterior destinação adequada. Após fiscalização será fornecido um termo de recebimento provisório dos serviços.

7. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Além da documentação mencionada nos itens 3 (Licenças Ambientais quando necessárias) e 5 (Qualificação Técnica), deverá ainda a empresa LICITANTE apresentar documentação relativa à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal.

8. ETAPAS OPERACIONAIS

As etapas operacionais, que são as constituintes do Cronograma Físico Financeiro.

Para o acompanhamento dos serviços por parte da Administração Municipal, deverá ser mantido um diário de obra com relatórios dos serviços realizados, devendo os mesmos serem entregues ao fiscal, que irá acompanhar a obra regularmente. Tais relatórios serão balizadores para fins de medição.

9. VISITA TÉCNICA

Deverá ser feito o levantamento técnico das condições necessárias para a execução dos serviços, através de PRÉVIA VISITAÇÃO ao local da obra.

As visitas técnicas serão individuais e deverão ocorrer em até 3 dias úteis antes da licitação e cada proponente deverá agendar sua visita antecipadamente junto ao DPU- Departamento de Planejamento Urbano através do telefone 51-3563.8800.

É de total competência do PROPONENTE, efetuar a completa verificação do local da obra, dos Projetos, do Memorial Descritivo e dos demais documentos anexos a este edital de licitação antes da realização da visita técnica.

10.MEDIÇÃO E FATURAMENTO

A CONTRATADA deve encaminhar as planilhas de medições assinadas pelo responsável técnico da empresa com 5 (cinco) dias úteis de antecedência para liberação de emissão das Notas Fiscais.

A emissão da Nota Fiscal por parte da empresa ocorrerá apenas após a análise e aprovação das medições por parte do responsável técnico designado pela Secretaria de Obras.

Na nota deverá constar o número do contrato. A empresa deve entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos e número de conta para depósito.

A Nota Fiscal e ou fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação;

A Nota Fiscal e ou fatura deverão ser correspondentes aos serviços executados;

O pagamento apenas será efetivado após verificação da regularidade fiscal junto a Secretaria da Fazenda ou, se for o caso, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim.

O pagamento fica condicionado à prova de regularidade (apresentar Certidão) perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal;

O pagamento será efetuado seguindo o cronograma de pagamentos da Secretaria da Fazenda deste Município.

Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

Ivoti, 12 de maio de 2020.

Jony Luis Gomes
Eng.Civil CREA 72538RS
Departamento de Planejamento Urbano
Secretaria de Obras
Município de Ivoti/RS

ANEXO III -MEMORIAL DESCRITIVO

PAVIMENTAÇÃO

BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS EXECUÇÃO DE BOCAS DE LOBO

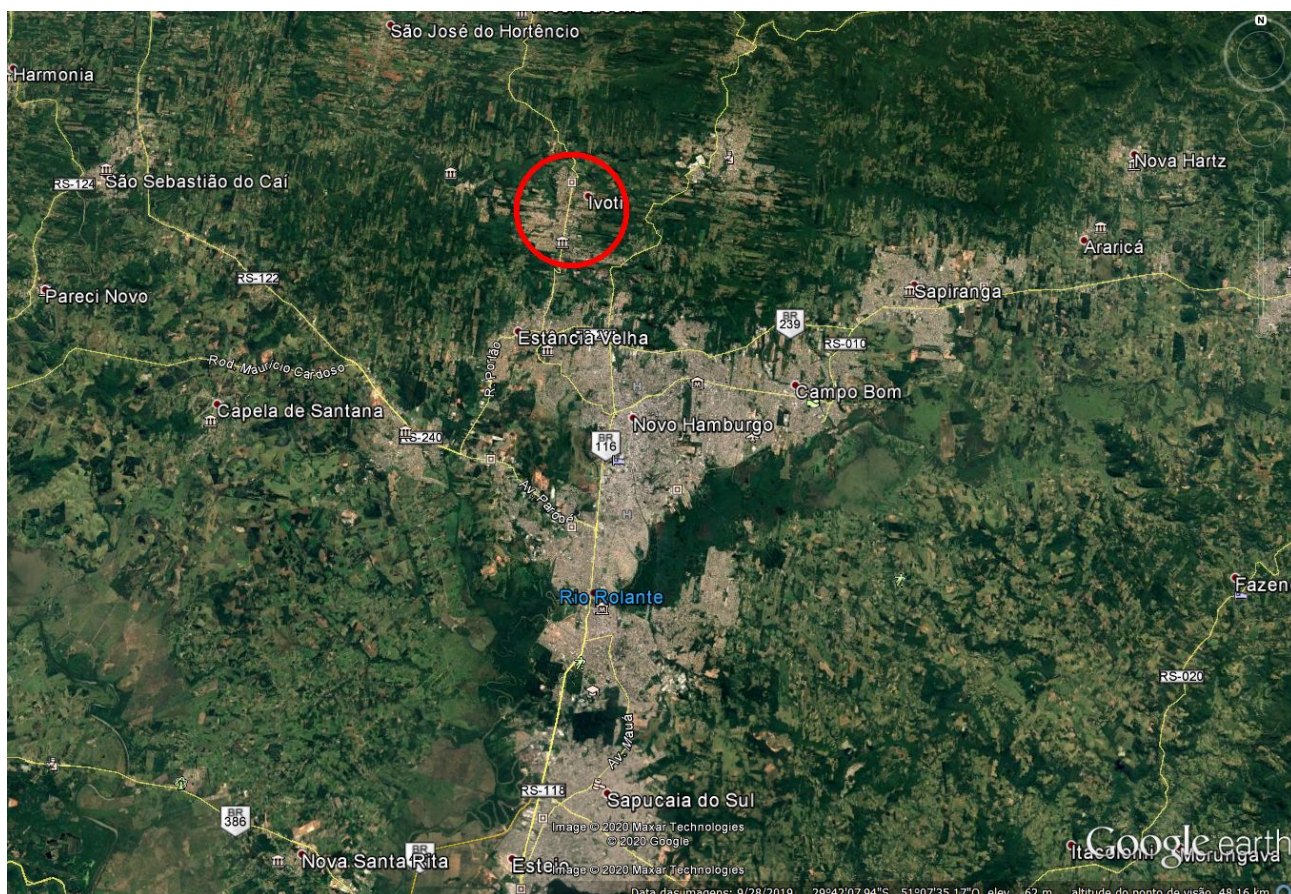
RUA ARMÍNIO BUHLER - 1929,53 m²
RUA VALE DAS PALMEIRAS - 669,27 m²
Meios fios e bocas de lobo

TOTAL 2598,80 m²

1. APRESENTAÇÃO:

O presente Memorial Descritivo visa estabelecer os critérios e padrões utilizados para a pavimentação da rua Arminio Buhler e trecho do alargamento viário sul da rua Vale das Palmeiras com blocos de concreto intertravados nas vias citadas na página frontal deste, bem como esclarecer as características construtivas da pavimentação. Todos os procedimentos e padrões obedecem aos critérios mínimos exigidos pelas normas da ABNT. No que se refere ao orçamento, o BDI adotado é de 25,51%, sendo adotados os coeficientes de 31,25% para valores de mão de obra e 68,75% para materiais. Para o prazo de execução da obra prevê-se dois meses.

Para fins do presente edital, denomina-se **“Loteamento Industrial Kaihatsu - Pavimentação com bloquetes de concreto intertravados - Rua Arminio Buhler e trecho do alargamento viário sul da rua Vale das Palmeiras”** no bairro Colônia Japonesa, ao conjunto de trabalhos que necessitam serem desenvolvidos objetivando a pavimentação e execução de bocas de lobo destinadas a drenagem pluvial a fim de que sejam melhoradas as condições de trafegabilidade e segurança para motoristas e pedestres. Para tanto, estão neste documento definidas orientações e determinações compatíveis com os interesses pretendidos.



Localização do Município de Ivoti na região (Fonte: Google Earth situação em 28/09/2019)



2. SERVIÇOS INICIAIS

As locações deverão ser realizadas conforme projeto, atendendo os alinhamentos, larguras de leito, passeio público e raios de esquina de 1,5 metros conforme detalhamentos no projeto. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações visando melhorias, só será admitida com autorização do Fiscal responsável técnico pela Obra e vistas da Administração Municipal.

As bocas de lobo serão executadas prevendo-se as cotas finais da pavimentação e em quantidade idêntica às caixas pluviais já existentes, orçada e correspondendo a uma boca de lobo (BL) para cada caixa pluvial (PV). Registra-se que caixas pluviais já executadas serão adequadas em sua altura final para aterro dos passeios pela Secretaria de Obras do Município e posterior execução dos passeios pelos proprietários dos lotes.

2.1 Mobilização de equipamentos:

Foi considerada no orçamento uma composição específica para mobilização de equipamentos. Serão necessários os seguintes equipamentos e com as características ou equivalentes em desempenho e capacidade (base códigos SICRO):

CÓDIGO	EQUIPAMENTO	QTDE
SICRO E9679	Cavalo mecânico com reboque de 6 eixos com capacidade de 207 t - 440 Kw	1
SICRO E9526	Retroescavadeira de pneus - 58 kW	1
SICRO E9524	Motoniveladora - 93 kW	1
SICRO E9506	Caminhão basculante com capacidade de 6 m³ - 136 kW	1
SICRO E9530	Rolo compactador liso autopropelido vibratório de 11 t - 97 kW	1

2.2 Movimentação de terra: Por se tratarem de vias consolidadas, com solo compactado e ensaiado, não será necessária movimentação de terras tipo corte e aterro visando o acerto de greide. Somente prevê-se a remoção de uma camada superficial de para regularização e aplicação imediata das camadas de subbase, base e pó de brita conforme orçamento e projeto para a pavimentação com blocos de concreto.

2.3. Locação e serviços de topografia: As locações deverão ser realizadas rigorosamente conforme projeto geométrico, atendendo os alinhamentos, larguras de leito, passeio público e raios de esquina propostos. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Fiscal responsável técnico pela Obra.

As redes pluviais encontram-se implantadas desde o ano de 2016, primeira fase de implantação do Loteamento. Em caso de complementação de caixas pluviais (PV), estes serviços serão de responsabilidade da Secretaria de Obras do Município.

2.4. Sinalização de trânsito provisória: A CONTRATADA deverá prover o local da obra com a sinalização de trânsito provisória necessária visando segurança dos pedestres e motoristas, durante o período de execução dos trabalhos, considerada no orçamento.

3. MATERIAIS

Os materiais como blocos de concreto, meios-fios pré-moldados, bocas de lobo, base (saibro e brita graduada), pó de brita e argamassa para rejuntamento serão fornecidos pela contratada, juntamente com a mão de obra para execução dos serviços.

4. CARACTERÍSTICAS DOS BLOCOS DE PAVIMENTAÇÃO

Os blocos devem ser do tipo "UNISTEIN" e atender às especificações se aproximando o máximo possível da forma prevista para a peça, com faces planas e sem saliências e reentrâncias acentuadas, principalmente a face que irá constituir a superfície exposta do pavimento. Deve-se fazer um exame visual nos lotes de peças recebidos na obra. Se 90% das peças satisfizerem o exame visual o lote poderá ser aceito. Estes blocos devem ter 8 cm de altura (espessura) e especiais para pavimentação de vias urbanas.

As peças pré-moldadas de concreto devem ser fabricadas por processos que assegurem a obtenção de concreto suficientemente homogêneo, compacto e de textura lisa, devendo atender as exigências da normas NBR9731 e com as seguintes características:

- a) formato geométrico regular;
- b) devem possuir as arestas da face superior bisotadas com um raio de 3 mm;
- c) devem possuir dispositivos eficazes de transmissão de carga de um bloco a outro, não devendo possuir ângulos agudos e reentrâncias entre dois lados adjacentes;
- d) quanto ao desempenho das faces, não são toleradas variações superiores a 3 mm, que devem ser medidas com o auxílio de régua apoiada sobre o bloco.
- e) a resistência característica à compressão deve ser maior ou igual a 35 Mpa.

5. EXECUÇÃO

Preparo do subleito:

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão deverá iniciar-se nas bordas e prosseguir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas zonas onde é impossível passar o compressor, a compressão deverá ser feita com soquetes manuais. Terminada a compressão, o acabamento deverá ser verificado por meio de réguas, devendo as saliências e reentrâncias serem corrigidas. Sobre o subleito preparado não será permitido trânsito, devendo a base e o calçamento serem executados o mais breve possível, para evitar danos por chuvas. Nas curvas a compressão deverá começar na borda interna e progredir até a borda externa.

Base de Solo – Saibro Britado:

O Saibro britado deverá ser espalhado regularmente sobre o subleito preparado. A quantidade deverá ser tal que a sua camada compactada deverá ser de 10 cm.

Base de Brita graduada:

A brita graduada será aplicada e espalhada sobre a camada de saibro britado compactado, com espessura de 8 cm compactada.

Base de Pó de brita para assentamento dos blocos de concreto de pavimentação:

O pó de brita deverá ser espalhado regularmente pelo subleito de brita graduada preparado. A quantidade deverá ser tal que a sua altura, somada a do bloco não seja inferior a 15 cm. A espessura da base será, então, em torno de 5 cm. A quantidade de pó necessário para assentamento dos bloquitos está prevista na composição Sinapi.

6. PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL (SOMENTE BOCAS DE LOBO)

MEIO-FIO

RESUMO

Deverá ser aberta uma vala para o assentamento dos meios-fios ao longo da borda do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento e dimensões estabelecidas no projeto. O fundo da vala deverá ser regularizado e apiloado, utilizando-se o mesmo material retirado

para corrigir o recalque produzido pelo apiloamento, que por sua vez também será apiloado e assim por diante até chegar ao nível desejado. Os meios-fios serão assentados sobre um leito de concreto magro ou lastro de brita. As peças do meio-fio serão assentadas com a face que não apresentar falhas ou depressões para cima, de tal forma que assuma o alinhamento e o nível de projeto. O rejunte será em argamassa de cimento e areia 1:3 em volume. O material escavado da vala deverá ser repostado ao lado dos meios-fios e apiloado adequadamente para ancorar os mesmos do lado destinado ao passeio público. O alinhamento e perfil dos meios-fios será verificado antes do início da pavimentação. Os meios fios deverão ser alinhados com utilização de fio de nylon, garantindo o nivelamento da face superior em todos os trechos onde executados.

GENERALIDADES – MEIOS FIOS

Esta especificação tem por objetivo fixar as características exigidas para os meios fios de concreto pré-moldados e o método de assentamento a serem empregados nas obras viárias do Município de Ivoti.

Conceituar-se-á como meio-fio a peça prismática retangular de dimensões e formatos adiante discriminados, destinada a oferecer solução de descontinuidade entre a pista de rolamento e o passeio ou o acostamento da via pública. Estas peças são também chamadas de " guias " ou " cordões ". Nas especificações será sempre empregada a denominação " meio-fio".

MATERIAIS

Os meios-fios e peças especiais de concreto pré-moldados deverão atender, quanto aos materiais e métodos executivos empregados, as disposições da NBR - 5732, NBR - 5733, NBR 5735 e NBR - 5736.

Deverão atender, ainda, as seguintes condições:

- Consumo mínimo de cimento: 300 Kg/ m³.
- Resistência à compressão simples: (25 MPa).
- Textura: as faces aparentes deverão apresentar uma textura lisa e homogênea resultante do contato direto com as formas metálicas. Não serão aceitas peças com defeitos construtivos, lascadas, retocadas ou acabadas com trinchas e desempenadeiras.

- Areia média, pó - de - pedra, cimento e concreto - magro serão os materiais utilizados na fase de assentamento das peças.

Os meios-fios de concreto pré-moldados deverão ter comprimento de 1,00 m e as outras dimensões variáveis em função do formato de cada um dos tipos abaixo classificados (base x topo x altura x comprimento):

- Meio-fio de concreto comum. (15x12x30x100cm)
- Meio-fio de concreto rebaixado (15x12x20x100cm)
- Meio-fio de concreto vazado para boca de lobo (15x12x30x100cm)

EQUIPAMENTO

Para a execução do assentamento de meios fios de concreto pré-moldado é indicado o seguinte equipamento mínimo:

- Ferramentas manuais;
- Soquetes manuais, com diâmetro da área de contato de 6 a 8 cm e peso de 4 Kg.

EXECUÇÃO

A execução compreenderá o assentamento e rejuntamento do meio-fio, à saber:

ASSENTAMENTO

As alturas e alinhamentos dos meios-fios serão dados por um fio de nylon esticado com referências topográficas não superiores a 20,00m nas tangentes horizontais e verticais e 5,00 m nas curvas horizontais ou verticais.

Nos encontros de ruas - esquinas - e sempre que as condições topográficas permitirem, a marcação de pequenos raios horizontais deverá ser feito com cintel.

Todos os tipos de meios-fios, à exceção do meio-fio de concreto com gola, do meio-fio de concreto com sarjeta e as peças especiais, assentarão diretamente sobre a base acabada. Para isso a base deverá ser executada com uma sobre-largura suficiente para permitir o pleno apoio do meio-fio.

Para acerto das alturas dos meios-fios, o enchimento entre esses e a base deverá ser feito com material incompressível, tais como, pó-de-pedra, areia ou argamassa de cimento e areia. Sempre que houver possibilidade de carreamento de algum desses materiais, deverá ser adicionado cimento na proporção de 1:10.

A medida que as peças forem sendo assentadas e alinhadas, após o rejuntamento, deverá ser colocado o material de encosto (reaterro de passeio). Esse material, indicado ou aprovado pela fiscalização, deverá ser colocado em camadas de 10 cm e cuidadosamente apiloado com soquetes manuais, de modo a não desalinhar as peças.

Quando pelo excesso de altura, os meios-fios de concreto comum ou os rebaixados, forem inseridos na base, a reconstrução da área escavada deverá ser feita com o mesmo material devidamente compactado com equipamento apropriado, nas mesmas condições anteriores.

REJUNTAMENTO

Concluídos os trabalhos de assentamento e escoramento e estando os meios-fios perfeitamente alinhados, será feito o rejuntamento com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. A argamassa de rejuntamento deverá tomar toda a profundidade das juntas e, externamente, não exceder os planos do espelho e do topo dos meios-fios. A face exposta da junta será dividida ao meio por um friso reto de 3 mm, em ambos os planos do meio-fio.

CONTROLE

Durante o assentamento, antes do rejuntamento, a fiscalização procederá o controle no que se refere ao alinhamento plani-altimétrico dos meios-fios, ao espaçamento das juntas, as condições de escoramento e ao estado geral das peças. As peças defeituosas serão assinaladas e deverão ser substituídas às expensas da empreiteira contratada. Defeitos que venham a ocorrer durante ou após o assentamento deverão ser sanados. Não caberá indenização quando esses defeitos ocorrerem por falha ou negligência do executor.

BOCAS DE LOBO

As caixas "bocas de lobo" são dispositivos a serem executados junto às redes laterais, com o objetivo de captar as águas pluviais e conduzi-las a rede coletora. Serão construídas com paredes simples, com tampa de concreto armado pré-fabricada, com dimensões externas de

1,00 x 0,50m e profundidade de 0,50m, exemplificadas no anexo I. A operação de preparo do local e construção das caixas se dará pela seguinte forma:

- 1) escavação e remoção do material existente, de forma a comportar as “bocas de lobo” previstas, acopladas às caixas de inspeção pluvial já existentes;
- 2) execução das paredes em alvenaria de tijolos ou pedras grês, assentados com argamassa cimento - areia, traço 1:4, com paredes e fundo revestidos internamente com argamassa, conectando-as diretamente à rede condutora nos PV's já existentes ou por tubos de concreto DN300;
- 3) instalação de meio - fio “boca de lobo” (Meio fio vazado) frontal e nivelado com os demais e com a face superior da tampa da boca de lobo.

PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO

RESUMO

Os blocos deverão ser assentados sobre a base de pó de brita, perpendicularmente ao eixo da via, obedecendo ao abaulamento com declividade de 2% estabelecido em detalhe no projeto. As juntas dos blocos deverão ser contrafiadas, obedecendo ao desenho da forma, ou seja, as juntas de cada fiada deverão ser alternadas com relação às duas fiadas vizinhas, de tal modo que cada junta fique em frente ao bloco adjacente, dentro do terço médio. Os blocos, após assentados deverão ser comprimidos com rolo compressor ou, na falta deste, socados com placa compactadora. Deve-se utilizar linhas auxiliares no eixo da pista para demarcar a cota de projeto, afixadas em ponteiros de aço, afastados entre si não mais que 20,00 m. deve-se utilizar, também, linhas dos ponteiros até as extremidades (meios-fios) para demarcar os alinhamentos e declividades transversais previstas no projeto.

TRAVAMENTOS TRANSVERSAIS

Nos encontros da pavimentação em execução com outra existente de diferente material, sendo a interface bloquetes e chão batido, como no caso das intersecções entre a pavimentação com bloquetes e chão batido na rua Vale das Palmeiras, será executado um travamento com meios-fios rebaixados no sentido transversal da via, em toda a sua largura, sendo estes utilizados verticalmente. São dois travamentos transversais de aproximadamente 3 e 4 metros, perfazendo 7 metros de meios fios rebaixados. Na interface asfalto + bloquetes na extensão da rua Vale das Palmeiras será utilizada argamassa de cimento.

REJUNTAMENTO

O rejuntamento dos blocos deverá ser feito com pó de brita. Deve-se fazer o preenchimento esparramando-se uma camada de 2 cm sobre o calçamento, suficiente para rejuntamento e forçando-se o pó a penetrar nas juntas utilizando-se vassouras ou rodo apropriado.

GENERALIDADES – PAVIMENTAÇÃO

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de revestimentos com blocos intertravados de concreto de cimento Portland sobre colchão de pó de brita.

MATERIAIS

Os materiais empregados na execução desse revestimento deverão atender às especificações da NBR 9781 e as seguintes características e requisitos de qualidade.

Blocos :

O concreto deve ser constituído de cimento Portland, agregados e água. O cimento Portland pode ser de qualquer tipo e classe, devendo obedecer às NBR 5732, NBR 5733, NBR 5735 e NBR 5736. Os agregados devem ser naturais ou artificiais obedecendo à NBR 7211. A água utilizada na fabricação deverá ser isenta de teores nocivos de sais, ácidos, álcalis ou materiais orgânicos.

É permitido o uso de aditivos, inclusive pigmentos, desde que não provoquem efeitos prejudiciais ao concreto, devidamente comprovados por ensaios específicos.

Os blocos deverão ser fabricados por processos que assegurem a obtenção de um concreto homogêneo e compacto.

A resistência característica estimada à compressão, calculada de acordo com o item 6.5 da NBR 9781, deve ser maior ou igual a 35 MPa para as vias públicas de tráfego pesado (loteamento com finalidade industrial).

Os blocos deverão apresentar textura homogênea e lisa, sem fissuras, trincas, ou quaisquer outras falhas que possam prejudicar o seu assentamento ou comprometer a sua durabilidade ou desempenho.

Não serão aceitos blocos que tenham sofrido qualquer retoque ou acabamento posterior ao processo de fabricação.

Os blocos deverão ter uma espessura de 8 cm com uma variação máxima de 5 mm na altura e 3 mm no comprimento e largura das peças.

Deverá ser empregado pó de brita para o colchão de assentamento e rejuntamento das peças.

EQUIPAMENTO

O equipamento mínimo necessário a execução dos serviços é o seguinte:

- veículos transportadores;
- rolo vibratório tandem, leve;
- placas vibratórias;
- ferramentas normais.

EXECUÇÃO

Sobre a base devidamente preparada e após liberada pela fiscalização será espalhada uma camada de pó de brita numa altura que após reguada resulte 7 cm. Essa camada será definida com o emprego de réguas espaçadas de 2 m, posicionadas longitudinalmente que servirão de guias para a regularização.

O assentamento dos blocos de concreto deverá ser feito do centro para os bordos, colocando-se verticalmente de cima para baixo a fim de, em evitando o arrastamento do pó para as juntas, permitir espaçamento mínimo entre os blocos assegurando assim um

bom travamento. Nessa fase não será permitida o remanejamento da superfície do pó de brita já regularizado com a finalidade de ajustar eventuais diferenças nas alturas dos blocos.

Os vazios junto aos alinhamentos com pavimentos existentes ou junto aos meios-fios ou tentos deverão ser preenchidos com concreto de cimento Portland de mesma resistência dos blocos, aditivado para uma cura rápida.

A seguir será feito o rejuntamento de toda a área com areia média ou pó de pedra isento de pedrisco (peneirado) por varrições sucessivas até a perfeita tomada das juntas. A seguir, remove-se o excesso de material de enchimento e se dá início a operação de rolagem com rolo vibratório leve ou placa compactadora. Inicialmente e sempre no sentido transversal da via o rolo é operado sem vibrar. Após ter havido a acomodação das peças é concluída a compactação por vibração.

Antes da entrega ao tráfego deve ser feito um rejuntamento complementar e removido o excesso de material.

CONTROLE

Todas as peças de um fornecimento devem ser separadas em lotes e submetidos ao controle de aceitação, desde que satisfaçam às seguintes condições:

a) O lote deve ser formado por um conjunto de peças com as mesmas características, produzidos sob as mesmas condições e com os mesmos materiais, cabendo ao fabricante a indicação dos conjuntos que atendam a estes requisitos;

b) De cada lote, devem ser retiradas aleatoriamente peças inteiras que constituem a amostra representativa.

c) A amostra deve ter, no mínimo, seis peças para lote de até 300 m², e uma peça adicional para cada 50 m² suplementar, até perfazer a amostra máxima de 32 peças.

INSPEÇÃO VISUAL

As peças constituintes do lote devem ser inspecionadas visualmente objetivando a identificação de peças com defeitos que possam vir a prejudicar o assentamento, o desempenho estrutural ou a estética do pavimento. Na inspeção visual o lote será rejeitado se forem constatadas mais de 10 % de peças defeituosas.

Será facultado a firma empreiteira a substituição das peças defeituosas e o lote aceito, desde que cumpra as exigências quanto à resistência característica e dimensões mínimas exigidas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

- Acabamento, espessura e uniformidade

a) Os blocos não deverão apresentar nas dimensões da superfície, variações superiores a 3 mm no comprimento e largura das peças.

b) Quanto ao desempenho das faces não serão toleradas variações superiores a 5 mm, medidas com auxílio de régua apoiada sobre o bloco.

c) Quando mais de 10 % dos blocos da amostra não preencher as condições desta especificação, o lote será recusado. Será permitido a empreiteira contratada a retirada das peças defeituosas e a reapresentação do lote recusado para novo exame.

LIMPEZA

Ficará a cargo da empresa contratada a limpeza da obra, o amontoamento dos entulhos e posterior destinação adequada.

ENTREGA AO TRÁFEGO

O pavimento deverá ser entregue ao tráfego logo após sua conclusão. Por se tratar de um loteamento industrial em instalação, onde haverá trânsito de veículos de transporte de materiais para obras e as ruas caracterizam-se como “sem saída”, a pintura e sinalização será responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos conforme cronograma da mesma.

7. SERVIÇOS TÉCNICOS

7.1. LOCAÇÃO

A locação da via obedecerá a marcação executada pelo serviço de topografia contratado pelo Município.

7.2. MOVIMENTAÇÃO DO SOLO

O movimento de solos compreende os serviços de escavação, de aterros ou de reaterros, de compactação, de carga, de transporte, de descarga e de espalhamento e conformação do material.

Os serviços serão realizados com os equipamentos e/ou ferramentas necessários, adequados e suficientes a sua plena efetivação dentro dos prazos estabelecidos, utilizando-se a melhor técnica disponível, atendendo as dimensões, cotas e perfis especificados nos projetos.

7.3. ESCAVAÇÃO

O material proveniente das escavações que possa ser reaproveitado para reaterro, será estocado em locais que não atrapalhem o desenvolvimento dos serviços. O material que não puder ser reutilizado será removido imediatamente, depositado e/ou espalhado em local previamente escolhido.

Em função das dimensões das escavações a serem executadas e do tipo de serviço, serão usadas retroescavadeiras sobre pneus e/ou escavadeiras sobre esteiras. Estes devem ser operados por pessoal capacitado.

Estes meios deverão ser compatíveis com a necessidade de produção para o cumprimento de prazos, com o espaço disponível para a operação do equipamento e com as profundidades que deverão ser atingidas.

Neste procedimento de escavação deverão ser respeitados os alinhamentos, as dimensões, forma e cotas, constantes no projeto.

7.4. ATERRO E REATERRO

O reaterro tem como finalidade restabelecer o nível de terreno das áreas escavadas definidas no projeto. O material deverá ser selecionado atendendo a sua qualidade e a destinação prevista no projeto.

Quando for manualmente compactada, será feita em camadas sucessivas de no máximo 20 cm de espessura. Caso seja mecânica, a camada máxima será de 30 cm.

A compactação mecânica será realizada com o emprego de “sapos mecânicos” ou rolos compressores. Em ambos os casos serão utilizados material da própria escavação e/ou de empréstimos.

É estritamente proibida a compactação da última camada do reaterro com rodado da retroescavadeira, caminhão, etc.

7.5. CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA

O equipamento para carregamento, transporte e descarga do material escavado será de livre escolha, porém adequado ao rendimento necessário desses serviços e aos locais em que cada um irá atuar.

Os materiais removidos no preparo do terreno e nas escavações terão as seguintes destinações:

- O solo vegetal superficial será colocado em depósito para futura utilização na urbanização da obra, no assentamento de leivas de grama e/ou plantio de arbustos e árvores, quando necessários. Estes serviços serão executados pela contratante.
- Solos de boa qualidade para aterros e reaterros, serão estocados tão próximo quanto possível da reutilização, não devendo causar embaraços para o desenvolvimento das obras. Materiais inservíveis por excesso ou inadequados para reutilização serão levados a áreas de bota-fora. Estes serviços serão executados pela contratante.
- Os excessos de materiais escavados que não forem utilizados como aterro em outros locais da obra, ou ainda, que por suas características sejam refugados, deverão ser carregados e transportados para bota-fora, incluindo-se o transporte dentro e para fora do canteiro de obras, em rodovias (pavimentadas ou não) e/ou caminhos de serviço. Estes serviços serão executados pela contratante.

8.0 SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

O projeto de sinalização de trânsito será elaborado durante a execução das obras de pavimentação pelo Departamento de Trânsito Municipal, sendo implantado pela Secretaria de Obras logo após o término das mesmas.

9.0 LIMPEZA DA OBRA

A obra deverá ser entregue limpa e em total acordo com as especificações acima expostas. Esta limpeza basicamente compreende o recolhimento de pallets, materiais plásticos e demais embalagens e materiais utilizadas durante o processo de pavimentação. Ficará a cargo da empresa contratada a limpeza da obra, o amontoamento dos entulhos e posterior destinação adequada. Após fiscalização será fornecido um termo de recebimento provisório dos serviços.

10.0 LOGISTICA REVERSA

De acordo com o Decreto Federal 7404 de 23 de dezembro de 2010 que estabelece normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os resíduos resultantes dos trabalhos terão sua destinação em atendimento a legislação e será de responsabilidade da Contratada.

11.0 Conforme informação da Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente do Município de Ivoti, a atividade de pavimentação com blocos de concreto intertravados em ruas já

implantadas no Município está dispensada de licenciamento ambiental pela Resolução CONSEMA 377/2018.

12.0 CONTROLE TECNOLÓGICO

De forma a garantir a qualidade e durabilidade da pavimentação, bem como resguardar questões de responsabilidade e garantias, deverá ser entregue pela CONTRATADA um Relatório de Ensaio referente aos bloquetes tipo Unistein, conforme norma ABNT NBR 9781:2013, fornecido normalmente sem custo adicional mediante solicitação ao fabricante, sendo os seguintes ensaios requeridos:

- a) Determinação Dimensional
- b) Absorção de água
- c) Resistência à compressão

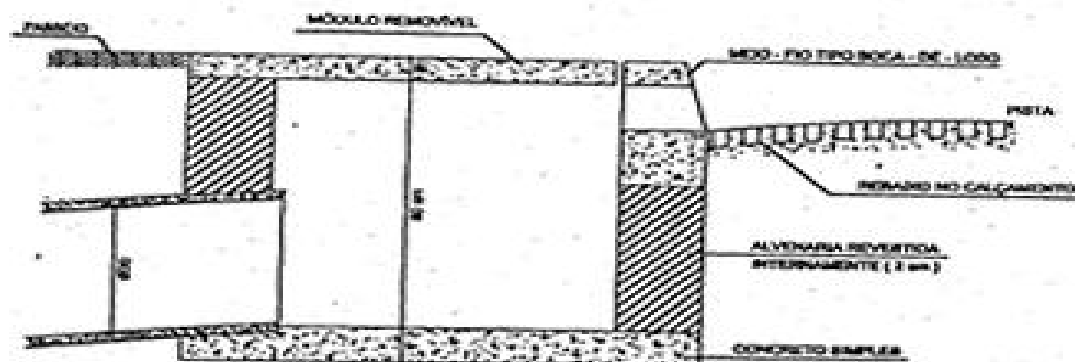
Resultados deverão ser entregues ou enviados ao Responsável Técnico do Município para arquivamento junto ao processo licitatório, podendo ser através de arquivo eletrônico (PDF) ou físico impresso.

Ivoti, 12 de maio de 2020.

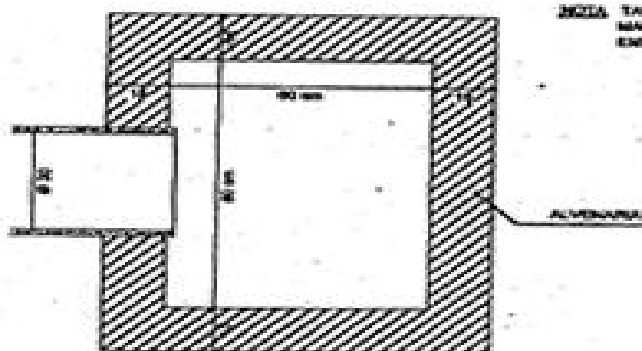
Jony Luis Gomes
Eng.Civil CREA 72538RS
Secretaria de Obras
Município de Ivoti/RS

DETALHE ILUSTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE BOCA DE LOBO
 Fonte: Documentação na internet - Município de Campo Bom/RS

CAIXA BOCA - DE - LOBO TIPO BL - E

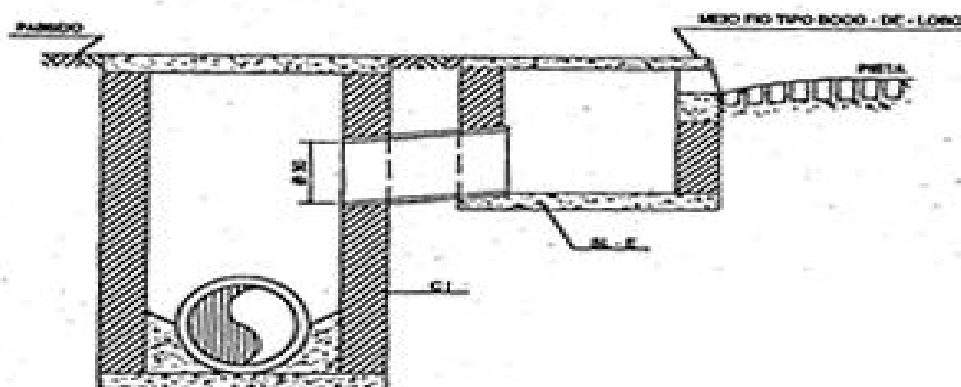


CORTE



PLANTA BAIXA

NOTA: TAMPA EM CONCRETO ARMADO COM MALHA DE FERRO 8x8 mm C/ 10 cm. EM DEPLZ DIMENSÃO 110 x 75 x 5 cm.



TRAVAMENTO DOS BLOQUETOS NA INTERFACE BLOCOS-“CHÃO BATIDO”